



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

LEI Nº 029/2005

Data: 15/06/2005

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Palmital, relativo ao Exercício Financeiro de 2006

Art. 2º- A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas, considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º- Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º- As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º- A reserva de contingência não será inferior a 0,5% (meio por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

Art. 6º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total.

§2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2005, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

Art. 11 - As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades específicas indicadas no Anexo I, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos.

Art. 12 - Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas quanto à sua natureza far-se-á, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, sendo que o controle por sub-elemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo 1º - Será permitido a elaboração do orçamento em nível de modalidade de aplicação no caso de tal procedimento ser legalmente permitido no momento da remessa da proposta orçamentária.

Parágrafo 2º - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

- I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;
- II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;
- III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;
- IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

- I - que não sejam compatíveis com esta Lei;
- II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação,



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2006 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitário;

V – entidades com personalidade jurídica, para em conjunto com o Poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer e o esporte.

Art. 19 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

§ 1º – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda “per capita”, não ultrapasse na média a $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo por indivíduo que compõe a família.

§ 2º - Independência de comprovação de renda a concessão de auxílios em casos de emergência ou calamidade pública assim declarados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 20 – São excluídas das limitações de que tratam os artigos 18 e 19 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para a implantação e ampliação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão obedecerá os critérios a serem definidos em Lei.

Art 21 – A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2006 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação à proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2005.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

§ 1º - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo serão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º - Até o dia 05 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analíticos das despesas realizadas.

Art. 22 - A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2006 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 30 de setembro de 2005.

Parágrafo Único - A proposta orçamentária deverá ter a estrutura de codificação de suas receitas e despesas de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 23 - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2006 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2005 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 24 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 25 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 26 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - as obrigações constitucionais e legais do Município;

II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art 27.- Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 28 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2006, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 29 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art 30 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia de juros, multas e correção monetária de dívidas inscritas em Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e Contribuição de Melhoria, a ser concedida através de lei específica no exercício de 2006 no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 31 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

- I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;
- II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;
- III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;
- IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art 32 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até vinte por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Art 33 - Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art 34. - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art 35. - Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

Art 36.- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

- I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;
- II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;
- III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total geral do orçamento fiscal, nos termos da legislação vigente;
- IV transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.;
- V - proceder o remanejamento de dotações do orçamento de um para outro elemento de despesa e/ou de uma para outra fonte de recurso dentro do mesmo projeto ou atividade, sem que tal remanejamento seja computado para fins do limite previsto no inciso III.

Art. 37 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concorrente a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio firmamento de convênio, ou instrumento congênere.

Art. 38 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 39 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art 40 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2006, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 41 – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 42 - Considerando a atipicidade do primeiro ano de mandato quanto a compatibilidade dos prazos de remessa para a apreciação do Legislativo dos projetos de lei da LDO e do PPA, fica autorizado o Executivo Municipal a proceder através de decreto, a adequação do Anexo de Metas e Prioridades integrante desta lei à estrutura das ações e programas constantes do Plano Plurianual 2006/2009 a ser aprovado neste exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

Art. 43 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Palmital, em 15 de junho de 2005.



Damarci Caputo de Carvalho
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

PROJETO DE LEI 013/2005

ANEXO I – METAS E PRIORIDADES

NOME DO PROGRAMA: GESTÃO LEGISLATIVA DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 01.031.01012-001 ATIVIDADES CAMARA MUNICIPAL

NOME DO PROGRAMA: SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 04.122.04011-003 AQUISICAO DE VEICULO OFICIAL
- 04.122.04011-074 ENCARGOS EXECUC CONTRAPARTIDA CONVENIOS
- 04.122.04012-002 ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
- 04.122.04012-006 ATIVIDADE GABINETE SECRET ADMINISTRACAO
- 04.122.04012-007 ATIVIDADE DETO.RECURSOS HUMANOS
- 04.122.04012-008 ATIVIDADE DETO. MATERIAIS E PATRIMONIO
- 04.122.04012-009 ATIVIDADE DEPTO. LICITACOES E COMPRAS
- 04.122.04012-010 ATIVIDADE SERVICOS E ENCARGOS GERAIS
- 04.122.04012-013 ENCARGOS EXEC REC ROYALTIES F ESPECIAL
- 04.122.04012-014 ENCARGOS CONVENIO CONSELHO DE SEGURANCA
- 04.122.04012-071 ATIVIDADES GABINETE SECRET OBRAS E URBANISMO
- 04.122.04012-072 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS
- 04.122.04012-073 AQUISICAO IMOVEIS EDIFICACOES PUBLICAS
- 09.122.04012-074 ENCARGOS ADMINISTRATIVOS FUNPREV

NOME DO PROGRAMA: APOIO ADMINISTRATIVO DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 04.091.04022-004 ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA
- 04.121.04022-005 ATIVIDADES ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
- 04.122.04022-011 ATIVIDADEAE PROPAGANDA E PUBLICIDADE
- 04.122.04022-012 ATIVIDADE JUNTA SERVICO MILITAR
- 04.122.04022-088 ENCARGOS CONVENIO APMI ADMINISTRACAO

NOME DO PROGRAMA: GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLE INTERNO DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 04.122.04032-016 ATIVIDADE DEPARTAMENTO DE TESOURARIA
- 04.122.04032-017 ATIVIDADE DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
- 04.122.04032-018 ATIVIDADE DETO CAD TRIB E FISCALIZACAO
- 04.123.04032-015 ATIVIDADES GABINETE SECRETARIO FINANÇAS



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

NOME DO PROGRAMA: CIDADANIA DE TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 08.122.08012-064 ATIVIDADE GABINETE SECR ASSIST SOCIAL
- 08.241.08012-068 AUXILIO AS PESSOAS IDOSAS
- 08.242.08012-101 ENCARGOS CONV APAE APOIO PEDAGOGICO
- 08.244.08011-066 AQUISICAO DE VEICULO ASSISTENCIA SOCIAL
- 08.244.08012-065 ATIVIDADES FUNDO MUN ASSISTENCIA SOCIAL
- 08.244.08012-067 AUXILIO A PESSOAS CARENTES
- 08.244.08012-069 ENCARGOS MERENDA ESCOLAR REC PROPRIOS
- 08.244.08012-069 CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTO PARA APOIO A NECESSITADOS

NOME DO PROGRAMA: ANJO DA GUARDA DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 08.243.08022-070 ENCARGOS MANUTENCAO CONSELHO TUTELAR

NOME DO PROGRAMA: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 09.272.09012-071 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS

NOME DO PROGRAMA: SAÚDE DE TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 10.122.10012-048 ATIVIDADES GABINETE SECRETARIO DE SAUDE
- 10.301.10011-052 CONSTRUCAO/AMPLIACAO UNIDADES DE SAUDE
- 10.301.10012-049 ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
- 10.301.10012-053 ENCARGOS ACOES SAUDE RECURSOS PROPRIOS
- 10.301.10012-054 ATEND ESPECIALID MEDICAS CIS CENTROESTE
- 10.301.10012-055 ENCARGOS TRANSF SUS PAB FIXO
- 10.301.10012-058 ENCARGOS TRANSF SUS PROGR SAUDE FAMILIA
- 10.301.10012-060 ENCARGOS TRANSF SUS AGENTES COMUN SAUDE
- 10.301.10012-063 ENCARGOS TRANSF SUS PROGRAMA SAUDE BUCAL
- 10.301.10012-090 ENCARGOS CONVENIO APMI - SAUDE
- 10.302.10011-051 EQUIPAMENTOS E VEICULOS SAUDE PUBLICA
- 10.302.10012-056 ENCARGOS EXECUCAO CONVENIO HOSPITAL
- 10.302.10012-059 ENCARGOS TRANSF SUS SERVICOS AMBULATORIA
- 10.303.10012-050 AQUISICAO MEDICAMENTOS FARMACIA BASICA
- 10.304.10012-057 ENCARGOS TAXA DE VIGILANCIA SANITARIA
- 10.304.10012-061 ENCARGOS TRANSF SUS VIGILANCIA SANITARIA
- 10.305.10012-062 ENCARGOS TRANSF SUS VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
- 10.305.10012-062 ENCARGOS TRANSF PARA MANUTENÇÃO DA SAUDE ATENDIMENTO 24 HORAS



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

NOME DO PROGRAMA: EDUCAÇÃO DE TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 12.122.12012-030 ATIVIDADES GABINETE SECRETARIO EDUCACAO
- 12.361.12011-033 AQUISICAO DE VEICULOS TRANSPORTE ESCOLAR
- 12.361.12011-034 AMPLIACAO/REFORMA REDE FISICA DE ENSINO
- 12.361.12012-031 ATIVIDADES DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
- 12.361.12012-032 ENCARGOS TRANSPORTE ESCOLAR ENS FUNDAMEN
- 12.361.12012-035 ENCARGOS ENS FUNDAMENTAL RECURSOS LIVRES
- 12.361.12012-036 ENCARGOS EDUCACAO REC TRANSF IMPOST 25%
- 12.361.12012-039 REMUN PROFISSIONAIS EDUCACAO FUNDEF 60%
- 12.361.12012-040 ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEF 40%
- 12.361.12012-041 ENCARGOS TRANSPORTE ESCOLAR FUNDEF 40%
- 12.361.12012-042 ENCARGOS APLIC RECURSOS SALARIO EDUCACAO
- 12.361.12012-043 ENCARGOS EXECUCAO PROGR MERENDA ESCOLAR
- 12.361.12012-044 ENCARGOS EXECUCAO PROGR DIN DIR ESC PDDE
- 12.361.12012-046 ENCARGOS EXECUCAO PROGR TRANSP ESC PNATE
- 12.361.12012-047 ENCARGOS EXECUCAO PROGR TRANSP SEED 2005
- 12.361.12012-089 ENCARGOS CONVENIO APMI EDUCACAO

NOME DO PROGRAMA: EDUCAÇÃO INFANTIL DE TODOS

- 12.365.12012-037 ATIVIDADES MANUTENCAO CRECHES MUNICIPAIS
- 12.365.12012-038 REFORMA/MANUTENCAO CRECHES MUNICIPAIS
- 12.365.12012-045 ENCARGOS EXECUCAO PROGR MER ESCOL CRECHE
- 12.366.12012-046 ENCARGOS CONVÊNIO APAE EDUCAÇÃO ESPECIAL

NOME DO PROGRAMA: CULTURA PARA TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 13.392.13012-082 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
- 13.392.13012-083 APOIO A EVENTOS CULTURAIS

NOME DO PROGRAMA: UMA CIDADE MAIS LIMPA DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 15.451.15011-076 PAVIMENTACAO E RECAPEAMENTO VIAS URBANAS
- 15.451.15012-075 ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE URBANISMO
- 15.452.15012-077 ENCARGOS MANUTENCAO ILUMINACAO PUBLICA

NOME DO PROGRAMA: SANEAMENTO DE TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 17.512.17012-078 ATIVIDADES DO ATERRO SANITARIO DO LIXO



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

NOME DO PROGRAMA: MEIO AMBIENTE PRESERVADO/SUSTENTÁVEL DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 18.542.18012-021 ATIVIDADES DE GESTAO AMBIENTAL

NOME DO PROGRAMA: A TERRA DE TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 20.122.20012-019 ATIVIDADES GABINETE SECRET AGRICULTURA
- 20.606.20011-023 ENCARGOS EXECUCAO CONV PRONAF EQUIPAMENT
- 20.606.20012-020 ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
- 20.606.20012-022 ENCARGOS CONVENIO EMATER PARANA

NOME DO PROGRAMA: EMPREGO PARA TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 22.661.22011-024 – IMÓVEL PROMOÇÃO INDUSTRIAL

NOME DO PROGRAMA: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO E DA PRODUÇÃO DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 26.122.26012-025 ATIVIDADES GABINETE SECRET TRANSPORTES
- 26.782.26011-027 REEQUIPAMENTO PARQUE DE MAQUINAS
- 26.782.26011-028 INFRA ESTR EM TRANSP CUST RECURSOS CIDE
- 26.782.26012-026 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO RODOVIARIO
- 26.782.26012-029 ATIVIDADES DA OFICINA MECANICA

NOME DO PROGRAMA: ESPORTE PARA TODOS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 27.122.04012-079 ATIVIDADES SECRET ESPORTE E CULTURA
- 27.812.27012-080 ATIVIDADES DEPARTAMENTO DE ESPORTES
- 27.812.27012-081 APOIO A JOGOS E VENTOS ESPORTIVOS

NOME DO PROGRAMA: ENCARGOS ESPECIAIS DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 28.846.00000-084 CONTRIB P FORM PATRIM SERV PUBLICO PASEP
- 28.846.00002-085 ENCARGOS PAGAMENTO PRECATORIOS JUDICIAIS
- 28.846.00009-086 AMORTIZACAO E ENCARGOS DA DIVIDA FUNDADA



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

NOME DO PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

- 99.999.99992-079 RESERVA DE CONTINGENCIA

Palmital, 15 de junho de 2005.



Damarci Caputo de Carvalho
Presidente